SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/08/2015 - Sinttel-ES

PPR/2015 na GVT : Será que é isso que os/as trabalhadores/as merecem?

Grupo Telefônica/Vivo discrimina trabalhadores/as da GVT e quer pagar menos na PPR

A Vivo/GVT, com a habitual ganância de economizar em cima dos trabalhadores, manteve, na última reunião, em 14/08, a proposta anterior para o PPR: ou seja, ela quer pagar 0,25 de salário para 11.500 trabalhadores da GVT. Para os demais 6.500, a empresa quer manter os mesmos targets do PPR/2014 que varia de 1,75 a 5 salários.

A alegação é que a Vivo/GVT já tinha provisionado o montante baseado nos patamares do PPR do ano passado e que não poderia avançar na proposta.

O SINTTEL não aceita este modelo e entende que ele é injusto. Nessa fusão Vivo/GVT, o Sindicato acredita que todos os trabalhadores devem ser tratados da mesma forma. Se os trabalhadores da Telefônica/Vivo receberam em julho/2015 um adiantamento de 1 salário, por que para os trabalhadores da GVT a proposta é bem inferior?

Os patrões salientaram ainda que os trabalhadores que recebem o target de 0,25 salários também contam com o PIV e chegam a receber 4,40 salários durante o ano.

Porém, essa informação não se confirma na base, com os trabalhadores, uma vez que a grande maioria reclama para o Sindicato que as metas são inatingíveis.

E aqui vai a pergunta: você conhece quantas pessoas que ganham 40% de um salário por mês de PIV?

Na mesa de negociação, o SINTTEL sempre se posicionou contrário a esse modelo de PPR atrelado ao programa de variáveis (PIV).

Grupo mistura PIV com PAD/PPR para justificar calote nos empregados da GVT

O Sinttel esclarece o que o grupo Telefônica/Vivo/GVT joga para confundir

PIV – o Programa de Incentivos Variáveis

é o que a empresa oferece para quem vende produtos e serviços e para a área operacional que instala e dá manutenção. Ele envolve setores como lojas, atendimento e área operacional, relacionamento com clientes e áreas que estão ligadas à qualidade e à produtividade que alavancam os ganhos da empresa.

PAD – Programa de Avaliação de Desempenho = PPR (Programa de Participação nos Resultados).

Aplicado a todos os/as trabalhadores/as com um target de salário linear. Ou seja, um programa para dividir igualitariamente, em termos salariais, os resultados da empresa entre os/as empregados/as.

O SINTTEL luta pela unificação dos targets para 2,2 salários, já que muitos trabalhadores/as da Vivo e da GVT já estão trabalhando juntos e fazem parte da mesma empresa.

O Sindicato solicitou uma nova reunião e espera que a empresa tenha uma postura mais flexível e autônoma. Aguarde mais informações.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/08/2015 - Instituto Telecom

Anatel apura cumprimento do regulamento do consumidor

A Anatel abriu um procedimento de apuração de descumprimento de obrigação (Pado) para ver se todas as operadoras estão cumprindo as exigências do Regulamento Geral do Consumidor (RGC). Segundo o presidente da agência, João Rezende, há indícios de que nem todos os itens estão sendo atendidos.

"Ao final da apuração, as operadoras poderão ser punidas", disse Rezende, que participou de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre problemas na telefonia. As queixas dos parlamentares se referiam, principalmente, à qualidade dos serviços.

19/08/2015 - Instituto Telecom

Netflix, Google, Facebook, WhatsApp tiram emprego e renda do Brasil

No embate teles x OTTs, o Ministério das Comunicações se alinha às operadoras das telecomunicações. O ministro Ricardo Berzoini incorporou as queixas das teles contra as empresas de internet e sustentou que negócios como Netflix, Google, Facebook e Whatsapp sugam receitas do Brasil e pouco contribuem para criar postos de trabalho no país.

"Grandes empresas mundiais usam a infraestrutura nacional de cada país mas que praticamente não investem nada para usar esse serviço. Falo dos OTTs, os serviços over the top que são as grandes operadoras de serviço da internet como Netflix, Google, Facebook, Whatsapp e tantos outros que conhecemos", disse Berzoini ao discutir o futuro das telecomunicações na Câmara do Deputados.

Na audiência realizada nesta quarta, 19/8, ele insistiu que as OTTs "captam riqueza e renda e levam para fora do Brasil. São usuários da infraestrutura das operadoras públicas e privadas e são serviços que geram pouquíssima renda e emprego no Brasil, mas usam pesadamente a rede brasileira, produzida a partir de investimentos de empresas de capital multinacional mas gerando empregos no Brasil".

Para não deixar dúvidas de onde vem o eco, Berzoini destacou que "muitos se surpreenderam com a franqueza do presidente da Vivo quando tratou do assunto". Amos Genish disparou contra os concorrentes da internet e mirou especificamente contra o Whatsapp ao tratar o aplicativo como uma "operadora pirata" por permitir chamadas de voz sobre IP.

Para o ministro, outros países começaram a discutir essa questão "e o Brasil não pode ficar parado". Ele afirmou que "o Netflix já ultrapassou em receita a Rede Bandeirantes e a Rede TV", mas que "esse tipo de serviço subtrai empregos do povo brasileiro". E concluiu que "esse debate tem que ser feito com objetividade ate por uma questão de estratégia econômica para o país".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/08/2015 - Instituto Telecom

Berzoini reafirma que Banda Larga para Todos sai ainda este ano

O programa Banda Larga para Todos será lançado ainda este ano, mas ainda não tem data definida. A afirmação foi feita pelo ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini nesta quarta-feira, 19, após participar de audiência pública na Câmara dos Deputados. "Nós estamos trabalhando intensivamente, à luz da situação conjuntural da economia, para formular um projeto que tenha consistência. Devemos lançar em breve, mas não quero me comprometer com uma data específica", disse.

De acordo com o ministro, o leilão reverso de créditos do Fistel [Fundo de Fiscalização das Telecomunicações] é a espinha dorsal do programa. "Se não tivermos essa possibilidade, evidentemente os investimentos privados ficam dificultados, nós temos o compromisso da área econômica de que vamos trabalhar com um modelo sustentável e para isso, precisa prever algum tipo de recurso", disse.

Berzoini ressalta que a alternativa à compensação tributária seria o uso de recursos diretos do orçamento, opção mais difícil do que a renúncia da arrecadação do Fistel.

18/08/2015 - Vermelho

Falcão: Quem quebrou o Brasil três vezes não deveria pedir renúncia

Em entrevista à agência internacional Reuters, publicada nesta segunda-feira (17), o presidente nacional do PT, Rui Falcão, classificou de "manifestação raivosa" a declaração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defendendo que uma saída "honrosa" para Dilma seria a renúncia.

Rui Falcão é presidente nacional do PTRui Falcão é presidente nacional do PT "Essa manifestação raivosa agora do Fernando Henrique. Quem quebrou o Brasil três vezes não deveria pedir para a presidente renunciar", afirmou Falcão, defendendo que essa ofensiva da oposição veio diante do refluxo da tese do impeachment de Dilma na semana passada.

Segundo ele, o PT voltará às ruas para conectar-se com sua base, pois este é o momento de fazer voltar às origens, retomar o diálogo com "olho no olho".

Ele reforçou que a legenda vai participar das manifestações do próximo dia 20, convocada pelas centrais sindicais e entidades do movimento social.

"Para nós, o foco principal é a defesa da democracia contra o golpe", afirmou. E completa: "Vamos no dia 20 com essa expectativa de defender os direitos dos trabalhadores, defender a democracia contra o golpe e nos solidarizar com aqueles que querem algumas mudanças na atual política econômica", ressaltou.

O petista disse, ainda, que o Partido não apoia integralmente a Agenda Brasil, proposta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Segundo Falcão, cobrar por consultas do SUS é uma delas.

O presidente do PT reconhece que há insatisfação e críticas da população ao governo e disse que o partido errou ao aceitar financiamento empresarial. "Nós não tínhamos o direito de ficar parecido com os outros partidos nesta questão", enfatizou.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/08/2015 - CUT

Redução da maioridade penal pode ser votada nesta quarta (19)

Para especialista, ECA cumpriria papel na reduçao da violência, se tivesse apoio do Estado

Depois da conclusão das discussões, a votação da redução da maioridade penal pode ser realizada, em segundo turno, nesta quarta (19). A ideia da Proposta de Emenda a Constituição (PEC 171/93) é que jovens entre 16 e 18 anos, condenados por crimes graves, recebam pena de prisão.

Hoje jovens e adolescentes que cometem atos infracionais cumprem medidas socioeducativa. Isso porque o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou 25 anos, já os pune, mas garantindo estrutura para um possível retorno à sociedade.

Para o Secretário Nacional da Juventude da Central Única dos Trabalhadores, Alfredo Santos Júnior, se o Eca tivesse sido aplicado ao longo dos 25 anos hoje a gente não haveria demandas sequer da extrema direita para discutir a redução da maioridade. "Porque com crianças na escola, com direito à educação e à saúde e com os direitos sendo verdadeiramente implementados teríamos uma criminalidade muito mais baixa não só entre jovens, inclusive entre os adultos", afirma o secretário.

Leonardo Duarte, conselheiro tutelar e coordenador do movimento contra redução, em entrevista para o portal da CUT, afirmou que a Frente Nacional Contra a Redução da Maioridade Penal é contra esta medida por entender que isso só trará aumento nos índices de violência, tendo em vista os grandes números de reincidência do sistema penitenciário.

No plenário da Câmara, o deputado Glauber Braga (PSB-RJ) afirmou que as discussões de matéria penal buscam soluções prontas sem atacar o tema da violência com profundidade. Ele comparou a produção de leis penais à "fabricação de salsichas". "Estamos vendo uma escalada do estado punitivo que não discute causa, que faz uma discussão rasteira, sem evolução profunda dos impactos e, principalmente, da causa", criticou.

O deputado Moroni Torgan (DEM-CE) também criticou o projeto. "Acredito que a educação é a solução, mas, com esse padrão educacional do Brasil, teremos muito mais delinquentes na idade de 16 e 17 anos", afirmou.

Para diminuir a violência, o deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA) disse que o ideal seria uma alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente. "Há soluções possíveis que não significam colocar junto do PCC e das gangues, jovens de 16 e 17 anos", defendeu.

Já o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) avaliou que é preciso reconhecer que o ECA tem problemas. "Não adianta tapar o sol com a peneira. O ECA prestou-se a um trabalho inicial, mas precisa ser ampliado, porque o tempo de internação de três anos é pouco para quem mata", disse.

Leonardo defende o ECA. "Além dos 3 anos de internação o adolescente ele pode, dependendo da gravidade do ato infracional, sair das unidades e cumprir mais 3 em semiliberdade. Ou, dependendo da conclusão do juiz, este jovem ele pode ainda ter uma liberdade assistida, ele será acompanhado por uma organização. Na verdade ele já pode ficar até 9 anos cumprindo medidas socioeducativas", destaca ele.

Para Leonardo, o ECA não funciona porque não tem força política dos governantes para aplicar de fato o que está escrito no estatuto. "Tem que pegar, por exemplo, o que está no artigo 4 que é obrigação do Estado, da família, da Comunidade garantir os direitos básicos das crianças e dos adolescentes, que é saúde, educação, moradia, ao lazer, a cultura e ao esporte. Mas são direitos violados até mesmo antes de nascer, na falta de uma consulta pré-natal, por exemplo. As vezes a criança nasce e os procedimentos básicos ainda não foram executados pelo estado", justifica ele.

Se a PEC for aprovada, em segundo turno, na Câmara a pauta segue para o senado.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/08/2015 - Carta Maior

Pesquisa revela que grupo pró-impeachment não tem potencial de crescimento

Os manifestantes que foram à Av. Paulista são majoritariamente, ricos, brancos, desinformados e sem uma pauta capaz de dialogar com a periferia.

A pesquisa sobre o perfil dos manifestantes que ocuparam a Avenida Paulista no domingo (16), realizada pelos professores Pablo Ortellado, da USP, Esther Solano, da Unifesp, e pela pesquisadora Lucia Nader, da ONG Open Society, atenta o que muita gente já sabia: eles são majoritariamente brancos (73,6%), ricos (48% ganham acima de R$ 7,8 mil) e racistas (62% acham que negros não devem usar a cor da pele para conseguir 'privilégios' como cotas).

Eles também possuem escolaridade alta (65,4% têm pelo menos curso superior), em nível inversamente proporcional ao de consciência política: a crítica seletiva à corrupção é característica latente, já que acreditam que a má utilização dos recursos públicos é caraterística apenas dos governos petistas . "Um alto nível de escolaridade não significa um alto nível de conhecimento político", afirma Esther Solano, para quem a chave para entender esse fenômeno está no tipo de informação que o grupo consome.

Mas o estudo também apresenta informações que desconstroem algumas das "verdades" alardeadas pelos grupos organizadores, como o Vem pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL). Ao contrário do que alegam, os manifestantes da Paulista discordam das pautas neoliberais e privatizantes desses: entendem majoritariamente que saúde (74,3%) e educação (86,9%) gratuitas são deveres do estado e condenam o financiamento privado de campanha (73,3%).

A outra surpresa que a pesquisa aponta é que o grupo de manifestantes não conseguiu atrair gente nova, desde os protestos de março e abril. "Eles são os mesmos dos outros protestos", diz Esther. Segundo ela, justamente por serem tão homogêneos entre si e terem uma visão de mundo tão particular, não dialogam com outros seguimentos sociais, inclusive setores que também criticam o governo Dilma, mas fundamentados em bases diferenciadas.

"Se não levantarem outras bandeiras, se não dialogarem com a periferia, se continuarem a fazer esse teatro com a polícia, eles não conseguirão atrair os mais pobres para esse movimento pró-impeachment" avalia ela. Para a professora da Unifesp, nas bases em que está calcado, o movimento não tem potencial para crescer mais e se tornar realmente representativo da sociedade brasileira.

Carta Maior – De acordo com os resultados da pesquisa que vocês conduziram, a impressão que dá é que os manifestantes da Paulista têm escolaridade bem alta, mas aparentemente são muito confusos ideologicamente. É isso mesmo?

Esther Solano - É um público com escolaridade alta sim, com pelo menos o superior completo, mas sem formação política, o que são coisas bem diferentes. É uma parcela que se informa politicamente pela Veja, que acompanha os comentários da Raquel Sherazade. Então, é um público que consome um tipo de informação, no mínimo, duvidosa: mais polêmica e menos jornalismo de verdade. Por isso, um alto nível de escolaridade não significa um alto nível de conhecimento político.

CM - É isso o que explica o fato de que, conforme a pesquisa aponta, esses manifestantes têm uma percepção seletiva da corrupção, ou seja, que ela é maior em determinado partido ou grupo, apesar dos fatos apresentarem uma realidade diferente?

Leia mais em?

http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Pesquisa-revela--que-grupo-pro-impeachment-nao-tem-potencial-de-crescimento/4/34281

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

18/08/2015 - Brasil 247

Lula entra com ação na Justiça contra mentiras do jornal O Globo

O ex-presidente Lula foi à Justiça contra o jornal O Globo para pedir reparação por danos morais em razão de reportagens publicadas pelo jornal, que alegam que ele seria dono de um triplex no Guarujá, litoral de São Paulo, e que o apartamento estaria ligado de alguma forma ao doleiro Alberto Youssef, investigado na Lava Jato.

Ação de Lula na Justiça pede danos morais contra o jornal da família Marinho Ação de Lula na Justiça pede danos morais contra o jornal da família Marinho Em nota, o Instituto Lula afirma que o jornal publicou graves mentiras, mesmo depois que a história havia sido esclarecida pela entidade.

A nota ressalta a "gravidade das ilações e erros jornalísticos cometidos pelos jornalistas de O Globo" e afirma que o "mero registro burocrático" da publicação, justificando que a informação sobre o triplex teve como base declarações de vizinhos, "não compensa os danos morais causados pela veiculação de graves mentiras"

Confira a íntegra da nota:

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou nesta terça-feira (18) com uma ação pedindo reparação por danos morais contra matéria publicada pelo jornal O Globo, intitulada "Dinheiro liga doleiro da Lava-Jato à obra de prédio de Lula". O diário carioca publicou no dia 12 de agosto uma reportagem na qual afirma que o ex-presidente seria dono de um apartamento triplex no Edifício Solaris, no Guarujá (SP), e que o empreendimento estaria ligado de alguma forma ao doleiro Alberto Youssef.

Antes da publicação do artigo, o Instituto Lula esclareceu ao jornalista, que Marisa Letícia, esposa do ex-presidente, adquiriu a prestações, uma cota no empreendimento e que a família do ex-presidente não tem nenhum apartamento, quanto menos um tríplex. Não foi a primeira vez que isso foi esclarecido a este repórter e o jornal carioca optou por dar continuidade à mentira que vem repetindo desde dezembro do ano passado.

O autor da matéria insistiu na versão mentirosa, com amplo destaque tanto na versão impressa do jornal, quanto na internet. O Instituto Lula respondeu ao Globo em nota no dia 14 "Lula não tem apartamento no Guarujá. E se tivesse?".

Em sua edição de sábado (15 de agosto), o jornal tentou justificar a atribuição da propriedade do imóvel pelo ex-presidente por informações passadas pela "vizinhança", ou seja, fez um jornalismo baseado em fofocas de corredor de prédio.

A ação demonstra que a matéria teve claro caráter difamatório e o mero registro burocrático do outro lado não compensa os danos morais causados pela veiculação de graves mentiras. Que foram criadas relações que não existem entre uma cota de empreendimento adquirida a prestações pela família do ex-presidente e Alberto Youssef, criminoso reincidente.

Recomendamos a leitura para a compreensão do caso e a percepção da gravidade das ilações e erros jornalísticos cometidos pelos jornalistas de O Globo.